

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 26 de maio de 2026 • Nº 2305 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Especial

Nova regra da CNH levanta dúvidas

PÁGINA 6

CÂMARA

Acordo prevê transição de 60 dias para o fim da escala 6x1

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



O governo e a Câmara fecharam um acordo ontem que estabeleceu o prazo de 60 dias para o fim da escala 6x1 após a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Com a mudança, o trabalhador passará a folgar dois dias por semana já no início da transição. Também neste prazo, a jornada será reduzida de 44 para 42 horas semanais. No prazo de 12 meses após a promulgação, a jornada deve cair para as 40 horas semanais. A medida agora segue para análise dos parlamentares na Câmara e no Senado. A decisão

foi anunciada pelo presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), acompanhado dos ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e das Relações Institucionais, José Guimarães. “A transição se dará dentro de um ano, não mais do que isso. A mudança para os MEIs e possíveis alterações para categorias específicas devem ser tratadas depois da aprovação da PEC, em projeto de lei com urgência constitucional enviado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto com Hugo Motta). PÁGINA 7

INDÚSTRIA

Atividade da construção melhora pelo 3º mês seguido

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) informa que o índice usado para medir a evolução do nível de atividade do setor da construção subiu pelo 3º mês consecutivo, saltando de 46,3 pontos, em março, para 47 pontos, em abril. Em janeiro, o indicador chegou a marcar 43,1 pontos. Os dados são da Sondagem Indústria da Construção, pesquisa feita pela entidade em parceria com a Câmara da Indústria da Construção. Para esta edição da Sondagem Indústria da Construção, a CNI consultou 322 empresas - 116 pequenas, 140 médias e 66 grandes - entre 4 e 13 de maio de 2026. O índice de evolução do nº de empregados teve comportamento parecido: aumentou para 47,1 pontos em abril, após alta de 0,9 ponto. PÁGINA 2

CASO HENRY

Dr. Jairinho destitui defesa, mas MP age e ele volta atrás

O ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, conhecido como Dr. Jairinho, e Monique Medeiros começaram a ser julgados no início da tarde desta segunda-feira, no Tribunal do Júri, no Rio de Janeiro, pela morte do menino Henry Borel, de 4 anos. O caso começou a ser analisado após uma manhã marcada pela indefinição sobre o possível adiamento do julgamento. O ex-vereador destituiu a banca de advogados que o defende da acusação de homicídio após o enfarte do advogado Fabiano Lopes, um dos defensores do ex-parlamentar. Diante da decisão de Jairinho, o Ministério Público do Rio de Janeiro pediu que o ex-vereador fosse transferido de Bangu 8 para Bangu 1 onde se encontram detentos perigosos. PÁGINA 5

PROCESSO

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



STF busca com AGU e MJ saída jurídica para notificação dos EUA a Moraes

A Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Justiça (MJ) discutem uma saída jurídica para a decisão da Justiça norte-americana de notificar o ministro Alexandre de Moraes (foto) sobre um processo aberto contra ele nos Estados Unidos. O advogado Martin De Luca, que representa a plataforma de vídeos Rumble e a Trump Media & Technology Group, afirmou ontem, que o ministro foi notificado via e-mail. O STF não confirma essa informação. As duas empresas entraram com ação na Justiça do EUA pedindo a nulidade das ordens de restrição e bloqueio emitidas por Moraes. O argumento é que as determinações configuram censura e atentam contra o direito à liberdade de expressão. PÁGINA 7

INDICADORES

IBOVESPA -0,81% / 176.209,61 / -1.440,25 / Volume: 22.334.533.050 / Negócios: 3.402.003				Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo											
Mais Negociados				Majores Altas				Majores Baixas				Fechamento		Taxa Selic		IPCA		CDI		DÓLAR Ptax - BC			
Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.											
PETR4	44,48	-1,05	-0,47	BDLL4	3,79	+20,32	+0,64	FSPF11F	0,14	-50,00	-0,14	Dow Jones	50.579,7	+0,58	US\$ 1.621,00	2,73% (abr.)	EURO	5,9016		6,0816			
B3SA3	16,66	-2,12	-0,36	FRI03F	175,00	+15,10	+22,96	AZUL3F	23,230	-24,58	-7,570	S&P 500	7.473,47	+0,37	US\$ 4.9604	0,67% (abr.)	IPCA	14,40%	Compra: 5,0140		+0,13%		
BEEF3	3,78	-6,20	-0,25	GSHP3F	3,29	+14,24	+0,41	AAZUL3	23,300	-24,33	-7,490	US Tech 100	28.680	+0,35	14,50%	(29/04)	OURO		Compra: 5,0276		8,0282		
ABEV3	16,10	-1,83	-0,30	GSHP3	3,29	+13,45	+0,39	TOKY3F	0,150	-16,67	-0,030	Euronext 100	1.847,09	+0,77	0,1706%	(23/05)	BM&F/grama/RJ	R\$ 731,21	Compra: 5,0276		Venda: 8,0282		
USIM5	10,35	+5,61	+0,55	BOBR4	1,33	+12,71	+0,15	WLM33	20,10	-14,07	-3,29	CAC 40	8.115,75	+0,37	Poupança	0,6715%	EURO Comercial	Compra: 5,8351		Venda: 5,8357			
											FTSE 100	10.466,26	+0,22					Compra: 5,0463		Venda: 5,2263			

MERCADOS

Bovespa encerra na máxima do dia, perto dos 178 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Com volume financeiro muito enfraquecido pelo feriado em Nova York, sem mercados por lá nesta abertura de semana, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) recuperou um degrau em relação ao fechamento de sexta-feira, de volta à linha dos 177 mil pontos. Ontem oscilou dos 176.210,38 até os 177.815,72 pontos, entre a mínima na abertura e a máxima no fechamento, em alta de 0,91%. Obteve assim o terceiro ganho no intervalo de quatro sessões, após uma longa sequência em correção que sucedeu os recordes de 14 de abril. O giro ficou em R\$ 14,5 bilhões nesta segunda-feira. No mês, o Ibovespa ainda recua 5,07%, moderando o avanço do ano a 10,36%.

Apesar do dia negativo para o petróleo, com perdas que chegaram a ficar em torno de 7% para o Brent durante a tarde, Petrobras teve ajuste mais discreto do que a commodity, com a ON em baixa de 2,91% e a PN, de 2,43%, no fechamento. O setor metálico também recuou, embora moderadamente, com Vale ON conseguindo virar no fim, dando fôlego adicional a Ibovespa. No fechamento, a ação da mineradora mostrava alta de 0,59%, na máxima do dia.

Destaque no segmento metálico para a queda de 3,19% em Usiminas PNA. O desempenho do setor de commodities como um todo era mais do que compensado, desde cedo, pelo avanço do setor financeiro, o de maior peso no Iboves-

pa, com ganhos entre as maiores instituições que chegaram a 3,39%, em Banco do Brasil ON, no encerramento. Principal ação do segmento, Itaú PN subiu 2,26%, e tanto Bradesco PN (+2,55%) como Santander (Unit +1,99%) fecharam nas respectivas máximas do dia.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, destaque para Assaf (+8,06%), C&A (+6,70%) e Cyrela (+6,68%). No lado oposto, além de Petrobras e Usiminas, destaque para Prio (-5,98%).

DÓLAR

O dólar abriu a semana em leve queda frente ao real, alinhado ao comportamento da moeda norte-americana no exterior, mas manteve-se acima da linha de R\$ 5,00 pelo quinto pregão consecutivo. Divisas emergentes ganharam terreno ontem, com a diminuição da aversão ao risco no exterior, diante de sinais de progresso nas negociações entre Estados Unidos e Irã.

Pela manhã, a divisa chegou a romper o piso de R\$ 5,00, com mínima de R\$ 4,9943, mas reduziu o ritmo de baixa paulatinamente ao longo da tarde, com ajuste de posições e aprofundamento das perdas do petróleo.

Com máxima de R\$ 5,021, o dólar à vista terminou o dia em baixa de 0,18%, cotado a R\$ 5,019. A moeda norte-americana acumula ganhos de 1,34% frente ao real em maio, após queda de 4,36% em abril. No ano, as perdas, que chegaram a superar 10% quando a taxa de câmbio estava abaixo do nível de R\$ 4,90, agora são de 8,56%.

BC/Focus

Mercado eleva previsão da inflação para 5,04% este ano

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 4,92% para 5,04% este ano. A estimativa está no Boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Com a guerra no Oriente Médio pressionando o preço dos combustíveis e a inflação, a previsão para o IPCA deste ano foi elevada pela décima primeira semana seguida, estourando o intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC.

Estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em abril, o preço dos alimentos pressionou a inflação oficial, que fechou em 0,67% [https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-05/%20inflacao-desacelera-e-fecha-abril-em-0%2C67%25-pressionada-por-alimentos].

O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,39%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda dentro do teto da meta de inflação.

Para 2027, a projeção da inflação variou de 4% para 4,01%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,65% e 3,5%, respectivamente.

TAXA SELIC

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 14,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Na última reunião, em abril, por unanimidade, o colegiado reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, pela segunda vez seguida, apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio.

De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos. O Copom voltou a cortar os juros na reunião passada, num cenário de queda da inflação. No entanto, a guerra no Oriente Médio, que se refletiu no aumento dos preços de combustíveis e de alimentos, dificultou o trabalho do Copom.

INDÚSTRIA

Atividade da construção melhora pelo 3º mês seguido

MATEUS MAIA/AE

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) informa que o índice usado para medir a evolução do nível de atividade do setor da construção subiu pelo terceiro mês consecutivo, saltando de 46,3 pontos, em março, para 47 pontos, em abril. Em janeiro, o indicador chegou a marcar 43,1 pontos. Os dados são da Sondagem Indústria da Construção, pesquisa feita pela entidade em parceria com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Para esta edição da Sondagem Indústria da Construção, a CNI consultou 322 empresas - 116 pequenas, 140 médias e 66 grandes - entre 4 e 13 de maio de 2026.

O índice de evolução do nú-

mero de empregados teve comportamento parecido: aumentou para 47,1 pontos em abril, após alta de 0,9 ponto em relação a março. No início do ano, o indicador registrava 45,3 pontos. Segundo os empresários, tanto a atividade quanto o número de postos de trabalho estão acima da média para o mês de abril.

"A melhora observada nos últimos meses reflete as medidas de estímulo ao setor, como o aumento do valor máximo dos imóveis financiados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e a disponibilização de financiamentos para a reforma de moradias de famílias de baixa renda, anunciadas pelo governo no fim do ano passado", acredita Marcelo Azevedo, gerente de Análise Econômica da CNI.

A Utilização da Capacidade Operacional (UCO) da indústria da construção fechou abril em 66%, um ponto porcentual abaixo do observado no mesmo mês em 2024 e 2025, quando registrou 67%.

ICEI DE MAIO

Já o índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) da Indústria da Construção cresceu 0,3 ponto, para 46,7 pontos em maio. O indicador permaneceu abaixo da linha de 50 pontos - que separa falta de confiança de confiança - pelo 17º mês consecutivo, demonstrando que os industriais da construção seguem pessimistas.

Em maio, as perspectivas dos empresários para o mercado de trabalho da indústria da construção mudaram. O índice que

mede a expectativa de novas vagas nos próximos seis meses cruzou a linha de 50 pontos, passando de 48,8 pontos para 50,7 pontos. Com isso, a projeção para o número de empregados, que antes era de queda, passou a ser de alta.

Os índices de expectativa de compras de insumos e matérias-primas e de nível de atividade recuaram. O primeiro caiu 0,6 ponto, para 50,9 pontos; o segundo diminuiu 0,8 ponto, para 51,1 pontos.

Diante do cenário incerto, os empresários demonstram cautela ao projetar investimentos. Em maio, o índice de intenção de investimentos caiu 1,3 ponto, de 43,4 pontos para 42,1 pontos. Com isso, o indicador registra o pior valor para o mês desde 2021, quando ficou em 41,8 pontos.

MDIC

Balança tem superávit de US\$ 1,536 bilhão na terceira semana de maio

FLÁVIA SAID/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 1,536 bilhão na terceira semana de maio. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados ontem, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 7,515 bilhões e importações de US\$ 5,979 bilhões. O mês de maio acumula superávit de US\$

5,652 bilhões, decorrente de US\$ 23,485 bilhões em exportações e US\$ 17,834 bilhões em importações.

Até a terceira semana de maio, comparado ao mesmo período de 2025, as exportações cresceram 9,9%. O desempenho dos setores foi o seguinte: alta de 18,5% em Agropecuária, que somou US\$ 6,275 bilhões; queda de 11,1% em Indústria Extrativa, que alcançou US\$ 4,503 bilhões; e, por fim, avanço de 15,4% em Indústria de Transformação,

que atingiu US\$ 12,578 bilhões.

Em relação às importações, houve crescimento de 9,2% na mesma comparação. Houve queda de 5,5% em Agropecuária, que somou US\$ 339 milhões; crescimento de 3,0% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 700 milhões; e expansão de 9,8% em Indústria de Transformação, que foi a US\$ 16,669 bilhões.

ACUMULADO DO ANO

De janeiro até a terceira se-

mana de maio, o ano acumula superávit de US\$ 30,434 bilhões, um crescimento de 32,9% em relação ao mesmo período de 2025, quando o saldo no período foi de US\$ 24,330 bilhões.

A projeção do MDIC é de que o superávit da balança comercial seja de US\$ 72,1 bilhões neste ano. O resultado projetado para 2026 é decorrente de uma previsão de US\$ 364,2 bilhões em exportações e US\$ 292,1 bilhões em importações.

MERCOSUL-UE

Argentina e Uruguai esgotam cotas de arroz e ovos e acendem alerta no Brasil

GUILHERME NANNINI/AE

A falta de consenso sobre a divisão interna das cotas agrícolas do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia gerou a primeira disputa direta entre os países do bloco sul-americano. Aproveitando o critério transitório First-In, First-Out (Fifo), segundo o qual preenche o teto quem registrar as exportações pri-

meiro, a Argentina e o Uruguai esgotaram integralmente as cotas isentas de tarifas para produtos como arroz e ovos nesse primeiro mês de vigência do tratado, iniciado em 1º de maio.

O movimento frustrou novas solicitações de licenças de exportadores brasileiros e expôs as assimetrias operacionais na largada do livre-comércio transatlântico.

Servidora do Ministério de Economia e Finanças do Uruguai, Valeria Csukasi detalhou em sua conta na rede social X que o país capturou 63% desse volume total, feito também celebrado pelo presidente do país, Yamandú Orsi. O restante da cota de arroz foi coberto pela Argentina.

No segmento de ovos, o ministro da Desregulação e Transformação do Estado da Argentina,

Federico Sturzenegger, informou que os produtores argentinos garantiram 100% da cota com preferência tarifária para o mercado europeu, além de uma fatia expressiva no mercado de mel.

Segundo o ministro, o desempenho foi impulsionado pela agilidade da nova guia digital da Janela Única de Comércio Exterior (VUCE) argentina, lançada no dia 3 de maio.

BRASÍLIA

Anac avalia abrir consulta pública sobre repactuação de Aeroporto

JOÃO CAIRES/AE

A diretoria colegiada da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) avaliará nesta semana a abertura de consulta pública sobre a proposta de edital do procedimento competitivo de repactuação do contrato da concessão do Aeroporto Internacional de Brasília.

O processo trata do contrato de concessão firmado em 2012 para ampliação, manutenção e exploração do terminal. A proposta em análise determina a realização de consulta pública sobre o edital do procedimento competitivo, etapa anterior à eventual repactuação do contrato e publicação do edital.

O formato será submetido à

consulta pública pela reguladora e incorpora o modelo de solução consensual aprovado em abril pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para a repactuação da concessão do aeroporto.

O pedido foi apresentado à Corte pelo Ministério dos Portos e Aeroportos em julho de 2025. A Inframerica, atual consórcio que administra o terminal, pas-

sou a apresentar resultados operacionais negativos, após o contexto da crise econômica de 2014 a 2016, bem como o cenário de pandemia de covid-19. Com a projeção de demanda atual, para o ativo, não existe perspectiva de sustentabilidade financeira até o fim da vigência do contrato, nas atuais condições.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

Nota

QUARTA EDIÇÃO DO LEILÃO ECO INVEST LIBERA R\$ 13,2 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

A 4ª edição do leilão do programa Eco Invest Brasil destravou R\$ 13,2 bilhões para projetos de bioeconomia, turismo sustentável e infraestrutura no país. Mais da metade desse valor, o equivalente a cerca de R\$ 9 bilhões, foi alocada para investimentos na Amazônia Legal. Os dados foram divulgados ontem em São Paulo (SP) pelos Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima e pelo Ministério da Fazenda, por meio do Tesouro Nacional. Anunciada durante a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), a 4ª edição é voltada para a bioeconomia, o turismo sustentável e a infraestrutura na Amazônia Legal. O leilão recebeu propostas de oito instituições financeiras (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, ABC Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Citibank, Itaú e Santander) e registrou demanda superior a R\$ 7,1 bilhões em recursos catalíticos - um dinheiro geralmente vindo de investidores que não têm foco em lucro como bancos de fomento, governos ou investidores filantrópicos - com potencial para mobilizar mais de R\$ 29 bilhões em investimentos. Como resultado do leilão, R\$ 3,1 bilhões foram homologados em capital catalítico da linha principal, a partir dos lances do ABC Brasil, Banco do Brasil, Bradesco e BTG Pactual. Esse montante deverá viabilizar cerca de R\$ 13,2 bilhões em investimentos totais, incluindo R\$ 7,2 bilhões com captação internacional. "O 4º leilão, que trata da bioeconomia e da infraestrutura verde na Amazônia, é algo absolutamente inovador, impensável até pouco tempo atrás. É fantástica também a adesão do setor.

Associação dos Funcionários do Antigo Banerj – ABANERJ

CNPJ 33.939.737/0001-23

Edital de Convocação de Eleição – Associação dos Funcionários do Antigo Banerj - ABANERJ, com Sede na Estrada da Covança, número 1.245, Jacarepaguá, nesta cidade, em obediência ao Estatuto vigente e nos termos do Regulamento da Eleição, convoca seus Associados para a eleição que será realizada dia 03/07/2026, para compor os Conselhos Fiscal, Deliberativo e Administrativo, para o triênio 2026-2029: 1. Cada CHAPA será inscrita com sua documentação até o dia 02/06/2026 na Secretaria da ABANERJ – Sede Campestre, das 10h00 até às 11h00, cabendo indicar até 02 (dois) fiscais para acompanhar o processo eleitoral; 2. A votação será por correspondência, através de caixa postal dos Correios, com postagem até o dia 02/07/2026. No dia da Assembleia de Eleição (03/07/2026) também será disponibilizada uma urna, na Sede Campestre, das 11h00 até às 11h30, para os Associados que não tiverem votado por correspondência; 3. Havendo apenas uma chapa inscrita, o pleito ocorrerá em AGO, por aclamação da maioria simples dos Associados presentes, em primeira convocação, às 11h00, ou com qualquer número em segunda e última convocação, às 11h30, no dia 03/07/2026. Rio de Janeiro, RJ, 25 de maio de 2026. Geraldo Luiz Ferraz da Costa – Presidente do Conselho Administrativo, Jorge Santana – Presidente do Conselho Deliberativo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO

SUBCOMISSÃO TÉCNICA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 008/2026

SORTEIO PARA COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA
A Secretaria de Compras da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, realizará, em sessão pública, sorteio dos nomes que irão compor a Subcomissão Técnica que julgará propostas apresentadas em Concorrência Pública do tipo técnica e preço a ser aberta por esta Secretaria, para a contratação de serviços de publicidade, prestados necessariamente por intermédio de Agência de Publicidade, nos termos da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

OBJETO

Sorteio dos profissionais que irão compor a Subcomissão Técnica, para análise e julgamento das propostas técnicas que serão apresentadas em licitação que visará a contratação de serviços de publicidade e propaganda, prestados necessariamente por intermédio de Agência de Publicidade, em consonância aos preceitos contidos na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010 e legislação correlata.

LOCAL, DATA, HORÁRIO E INFORMAÇÕES

O município de Arraial do Cabo informa que realizará nos dias 26 de maio a 01 de junho de 2026, o procedimento de credenciamento de profissionais aptos a participar da subcomissão técnica da Concorrência Pública nº 008/2026. O credenciamento será realizado conforme EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - SUBCOMISSÃO TÉCNICA DA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 008/2026. O Edital, seus anexos e demais informações estão disponíveis para download no site <https://www.arraial.rj.gov.br>. As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente através do e-mail: compras.licitacao@arraial.rj.gov.br até as 23:59h (horário de Brasília) do dia 01/06/2026. Qualquer alteração que importe em modificação dos termos deste Edital será comunicada pelos mesmos meios de divulgação inicial, sendo de inteira responsabilidade dos interessados acompanhar o andamento de todos os procedimentos e as eventuais alterações no Edital no site <https://www.arraial.rj.gov.br/>

Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao Edital poderão ser solicitados por qualquer interessado até 03 (dois) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, preferencialmente através do e-mail: chefiadegabinete@arraial.rj.gov.br

ARRAIAL DO CABO, 22 DE MAIO DE 2026
Diogo dos Santos de Moraes
Secretário de Compras e Licitações

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDEERH-RJ – Sindicato dos Empregados nas Empresas de Recursos Humanos, Recrutamento, Seleção de Pessoal e Trabalho Temporário no Município do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Rio Branco nº 156, 32º andar, sala 3229, Edifício Central, Centro/RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 17.382.538/0001-00, por seu Presidente, Sr. Lindenbergh Barbosa da Silva, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os empregados da empresa VV CONSULTING LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.387.175/0001-10, filiados e não filiados, lotados no município que integra sua base territorial, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de forma online, conforme divulgação pelos canais principais do sindicato e empresa, no dia 02 de junho de 2026, às 14h, em primeira convocação. Não havendo quórum no horário acima previsto, a Assembleia será instalada às 14h30, em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre: a) autorização para celebração de Acordo Coletivo de Trabalho com vigência 2026/2027; b) discussão de reajustes; c) deliberação de benefícios; d) contribuição assistencial e assuntos gerais.

GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Companhia Aberta - Categoria A - Registro CVM nº 27.502
CNPJ/MF nº 07.714.104/0001-07 - NIRE 33300328980

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), ficam os Srs. Acionistas da **Giga Mais Fibra Telecomunicações S.A.**, sociedade anônima com registro de emissora de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") - Categoria "A" - sob o código 27.502, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob n.º 07.714.104/0001-07, com sede à Praça Presidente Getúlio Vargas, nº 148, Centro, CEP 28640-000, na cidade do Carmo, Estado do Rio de Janeiro ("Companhia"), convocados para a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 12 de junho de 2026, às 10 horas, no formato híbrido, isto é, remotamente, por videoconferência via plataforma digital *Microsoft Teams* ("Plataforma Digital"), e presencialmente no escritório administrativo da Companhia, na Rua Henrique Schaumann, nº 270, 12º andar, bairro Pinheiros, CEP 05413-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme previsto no inciso II do art. 70 da Resolução nº 81 da CVM, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberarem acerca das seguintes matérias: (i) Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia (*Stock Option Plan*); e (ii) Alteração à composição do Conselho de Administração da Companhia. **Instruções Gerais:** A participação na AGE poderá ser realizada por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, que possibilitará a participação e votação a distância dos acionistas. Para o computo da presença dos acionistas, seja por comparecimento presencial ou virtual, os acionistas deverão enviar, até 1 (um) dia antes da realização da AGE, para o e-mail: societario@aloha.com, com cópia para: ri@aloha.com: (i) a confirmação de sua participação acompanhada do CNPJ ou CPF dos acionistas, conforme o caso, (ii) a indicação dos representante(s) que participará(ão) da AGE, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato, e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, incluindo eventual procuração outorgada nos termos do artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia enviará aos acionistas, por e-mail, na data de envio deste Edital de Convocação, as orientações para acesso ao local e os dados para conexão à plataforma *Microsoft Teams*. No dia de realização da AGE, recomenda-se que os acionistas que comparecerão virtualmente, que se conectem com 10 (dez) minutos de antecedência para aferição dos participantes. A participação por meio da plataforma digital garante aos acionistas a sua presença na AGE e estes serão considerados, para todos os fins, assinantes da ata. As informações detalhadas relativas à participação na AGE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na Proposta da Administração para a AGE ("Proposta da Administração") que está disponível na sede da Companhia.
Carmo/RJ, 22 de maio de 2026.
Eduardo Sirotsky Melzer
Presidente do Conselho de Administração

PV 1121 Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 30.757.221/0001-70

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Balanço Patrimonial		Demonstração do resultado abrangente			
Ativo Circulante	2025	2024	2025	2024	
Caixa e equivalentes de caixa	20	21	(50.451)	(73.752)	
Outros Créditos	2	-	(50.451)	(73.752)	
Total do ativo circulante	22	21			
Ativo Não Circulante			2025	2024	
Estoque de imóveis	63.679	107.001	(50.450)	(73.751)	
Total do ativo não circulante	63.679	107.001			
Total do ativo	63.701	107.022			
Demonstração das mutações do patrimônio líquido					
	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	200.001	-	450	(26.323)	174.128
Aumento de capital	10.880	(3.800)	(450)	-	6.630
Prejuízo do exercício	-	-	-	(73.752)	(73.752)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	210.881	(3.800)	-	(100.075)	107.006
Aumento de capital	9.119	(1.979)	-	-	7.140
Prejuízo do exercício	-	-	-	(50.451)	(50.451)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	220.000	(5.779)	-	(150.526)	63.695
Demonstrações do resultado					
	2025	2024	2025	2024	
Receita líquida de aluguel	15	16	-	-	
(+/-) Despesas / receitas operacionais:					
Despesas gerais e administrativas	(7.143)	(6.916)	(50.450)	(73.751)	
Redução ao valor realizável líquido	(43.322)	(66.851)	(1)	(1)	
(=) Lucro antes do resultado financeiro	(50.450)	(73.751)	(50.451)	(73.752)	
Despesas financeiras	-	-	(0,2293)	(0,3497)	
Diretoria					
João Rodrigues Teixeira Junior			Innova Planning RJ Serviços Contábeis Ltda.		
CPF: 036.293.778-82			RJ 005370/O-3		
Administrador			Fábio da Silva Baptista		

PV 1111 Empreendimentos S.A.

CNPJ nº 19.367.154/0001-44

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Balanço Patrimonial		Demonstração do resultado abrangente				
Ativo Circulante	2025	2024	2025	2024		
Caixa e equivalentes de caixa	845	1.734	(60.538)	(37.255)		
Contas a receber de clientes	2.519	1.669	(60.538)	(37.255)		
Outros créditos	1	14				
Total do ativo circulante	3.365	3.417				
Ativo Não Circulante			2025	2024		
Contas a receber de clientes	10.708	10.182	(59.098)	(36.460)		
Estoque de imóveis	127.996	162.139	(59.098)	(36.460)		
Total do ativo não circulante	138.704	172.321				
Total do ativo	142.069	175.738				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	219.677	(8.615)	-	154	(401)	210.815
Integralização de capital e reserva	-	300	-	-	-	300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(37.255)	(37.255)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	219.677	(8.315)	-	154	(37.656)	173.860
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	20.436	-	-	20.436
Aumento de capital e integralização	30.324	1.127	(20.436)	-	-	11.015
Redução de capital	(37.656)	-	-	-	37.656	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(6.526)	(6.526)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(60.538)	(60.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	212.345	(7.188)	-	154	(67.064)	138.247
Demonstrações do resultado						
	2025	2024	(=) Lucro antes do resultado financeiro	(59.093)	(36.463)	
Receita líquida de aluguel	12.968	7.265	Despesas financeiras	(15)	(1)	
(-) Custo de locação	(4.144)	(115)	Receitas financeiras	-	10	4
(=) Lucro bruto	8.824	7.150	(=) Prejuízo antes das provisões tributárias	(59.098)	(36.460)	
(+/-) Despesas / receitas operacionais:			Imposto de renda e contribuição social	12	(1.440)	(795)
Despesas gerais e administrativas	(4.058)	(5.093)	(=) Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(60.538)	(37.255)	
Redução ao valor realizável líquido	(63.859)	(38.520)	Lucro básico e diluído por ação (em reais)	(0,2851)	(0,1696)	
Diretoria						
João Rodrigues Teixeira Junior			Innova Planning RJ Serviços Contábeis Ltda.			
CPF: 036.293.778-82			RJ 005370/O-3			
Administrador			Fábio da Silva Baptista			

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 76ª (SEPTUAGÉSIMA SEXTA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 76ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securização de Direitos Creditórios do Agronegócio para emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 76ª (Septuagésima Sexta) Emissão da Canal Companhia de Securização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Sempre Agtech LTDA.* ("Termo de Securização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia de **15 de junho de 2026, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a sustação dos efeitos do Evento de Vencimento Antecipado Automático, previsto na Cláusula 8.1, subitem (i), das CPR-Fs, em decorrência do descumprimento da obrigação pecuniária referente ao pagamento da PMT de 05 de maio de 2026, conforme Cronograma de Pagamentos constante do Anexo II do Termo de Securização, ficando desde já consignado que o direcionamento, a forma de regularização e o tratamento aplicável à referida PMT será objeto de deliberação específica pelos investidores, no âmbito desta Assembleia, conforme aplicável; (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. *Instruções Gerais:* A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail al.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecurizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA SEMPRE 76", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) *Quando pessoa física:* cópia digitalizada de identidade com foto; b) *Quando pessoa jurídica:* (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *Quando Fundos de Investimentos:* (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador:* caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securizadora (<https://www.canalsecurizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securização). São Paulo, 23 de maio de 2026.

Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 59ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o *Termo de Securização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 59ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securização, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais emitidas pela IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.* ("Termo de Securização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia de **12 de junho de 2026, às 16:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ii) do *Termo Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais Escriturais, Com Garantias Reais, Com Garantia Fiduciária Adicional, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da Ime - Instituto Metropolitano De Ensino Ltda.*, conforme aditado ("Notas Comerciais"), em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária do envio da planilha mensal com todas as informações operacionais e financeiras do Grupo Fametro, nos termos da Cláusula 10.1, subitem (iii) das Notas Comerciais, relativo ao período compreendido de outubro de 2023 a abril de 2026; (ii) Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "i" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo adicional de até 30 (trinta) dias, a contar da data da aprovação da referida matéria em assembleia, para que a referida obrigação seja regularizada pela Devedora; (iii) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 8.1.2, subitem (ix) das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária relativa ao envio do "habite-se" dos Imóveis Alienação Fiduciária, nos termos do referido dispositivo; (iv) Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "iii" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo adicional de até 30 (trinta) dias, a contar da data da aprovação da referida matéria em assembleia, para que a referida obrigação seja regularizada pela Devedora; (v) Aprovar a concessão de *waiver*, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme Cláusula 8.1.2, subitem (ii) das Notas Comerciais, em decorrência do descumprimento da obrigação não pecuniária relativa ao envio do Laudo de Avaliação, previsto em cada Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis, nos termos da Cláusula 7.2.4 das Notas Comerciais; (vi) Caso aprovada a concessão de *waiver* prevista na alínea "v" acima da Ordem do Dia, aprovar prazo adicional de até 30 (trinta) dias, a contar da data da aprovação da referida matéria em assembleia, para que a referida obrigação seja regularizada pela Devedora; e (vii) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. *Instruções Gerais:* A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail al.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecurizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRI Fametro 59", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) *quando pessoa física:* cópia digitalizada de identidade com foto; b) *quando pessoa jurídica:* (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos:* (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador:* caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securizadora (<https://www.canalsecurizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securização). São Paulo, 23 de maio de 2026.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Pontes de Bessa Merino Reyna - Diretor de Securização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA 1ª E 4ª SÉRIES, DA 44ª (QUADRAGÉSIMA QUARTA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis imobiliários, da 1ª e 4ª Séries, da 44ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 11.1.01 do *Termo de Securização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 4ª séries da 44ª (quadragésima quarta) emissão da Canal Companhia de Securização, lastreados em Créditos Imobiliários devidos por MS Avivah Residence Club Empreendimentos Ltda. E MS Smart Porto Belo Empreendimentos LTDA.*, celebrado em 26 de abril de 2023 ("Termo de Securização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 15 de junho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovar ou não, a emissão de uma série adicional de certificados de recebíveis imobiliários, nos termos do § 4º do artigo 35 da Resolução CVM nº 60, por meio da qual a Securizadora emitirá 8.500 (oitto mil e quinhentos) certificados de recebíveis imobiliários, todos com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), correspondentes à 5ª série da Emissão ("CRI da 5ª Série"), no valor total de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), sendo certo que as características dos CRI da 5ª Série constarão do Aditamento ao Termo de Securização e aos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securização), a serem celebrados nos termos do Anexo II à ata de assembleia; (ii) aprovar ou não, a substituição do Imóvel Jardim Porto Belo (conforme definido no Termo de Securização), objeto da matrícula de nº 42.924, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária do Imóvel Jardim Porto Belo, pelo imóvel objeto da matrícula 42.935, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Porto Belo, estado de Santa Catarina ("Novo Imóvel"), nos termos do Instrumento de Alienação Fiduciária, que seguirá na forma do Anexo III, que passará a integrar a Ata de Assembleia. Fica consignado que, a referida substituição, bem como a consequente liberação Imóvel Jardim Porto Belo e a formalização do Instrumento de Alienação Fiduciária do Novo Imóvel, ficarão condicionadas à prévia comprovação da transferência da propriedade do Novo Imóvel à MS RESERVA PORTO BELO UP HOUSE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.132.699/0001-72 ("Fiduciante"), mediante apresentação de certidão de matrícula atualizada, com a comprovação pela Devedora da transferência da titularidade do referido imóvel à Fiduciante, bem como a entrega, de forma satisfatória à Securizadora, de auditoria jurídica, nos termos do escopo a ser descrito no Anexo IV, o qual também passará a integrar a Ata de Assembleia e de opinião legal, em termos padrão de mercado para esse tipo de operação; (iii) aprovar a alteração dos Documentos da Operação para refletir o público-alvo da oferta pública referente à 5ª Série, sob o rito de registro automático de distribuição da nova série dos CRI, que poderão ser destinadas a Investidores Profissionais ou a Investidores Qualificados, conforme o caso, nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, das quais os CRI serão objeto; (iv) aprovar a contratação de assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado e nos termos da proposta que constará no Anexo IV à Ata de Assembleia; (v) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. *Instruções Gerais:* A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail servicos.estruturados@investimentos.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecurizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI MEL-CHIORETTO", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a) *quando pessoa física:* cópia digitalizada de identidade com foto; b) *quando pessoa jurídica:* (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. *quando Fundos de Investimentos:* (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. *quando representado por procurador:* caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securizadora (<https://www.canalsecurizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securização e nos demais Documentos da Operação. São Paulo, 23 de maio de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securização

ILUSÃO

Paulistas recorrem em apostas em bets para elevar renda

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

Aproporção de paulistanos que aposta em plataformas online para ter um aumento rápido da renda doméstica aumentou dez pontos percentuais entre 2024 e 2026, segundo estudo divulgado ontem pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Para a federação, os dados mostram que a cidade de São Paulo está afetada socioeconomicamente pelo fenômeno das bets, principalmente devido à exposição intensa das plataformas nas redes sociais.

Outras razões são a expansão dos meios de pagamento instantâneos — 96% dos entrevistados pagam os jogos com Pix — e a explosão de novas plataformas facilmente acessíveis por meio dos smartphones.

RENDA

Os números obtidos pelo levantamento mostram que chega a 35% o percentual de entrevistados que declararam que apostam em busca de um aumento da renda. Em 2024, eles representavam um quarto dos apos-

tadores entrevistados (25%). Foram ouvidas 600 pessoas entre 4 e 8 de maio de 2026.

A pesquisa constatou que, entre pessoas com renda que não ultrapassa dois salários mínimos (cerca de R\$ 3 mil), 40% apostam para elevar o orçamento doméstico.

Essa proporção cai para 30% na faixa entre dois e cinco salários e, para 29%, entre as famílias que ganham entre cinco e dez salários.

A metade da população paulistana (50%) aposta com frequência, o mesmo percentual de dois anos atrás. Entre os entrevistados, 7% reconheceram sofrer de dependência de jogo.

A FecomercioSP avalia que "pessoas em situação de vulnerabilidade financeira têm recorrido cada vez mais a esse tipo de consumo de risco, como uma maneira de superar as condições difíceis do orçamento".

"As classes baixas e médias dizem se valer das plataformas com mais ênfase do que aquelas de rendimentos mais altos. Isso acontece porque são essas faixas que mais demandam a expansão da própria renda", analisa a federação.

ARSESP

Força-tarefa vai fiscalizar obras subterrâneas após explosão

GONÇALO JUNIOR/AE

A criação de uma força-tarefa para fiscalizar obras subterrâneas das concessionárias em São Paulo é uma das respostas da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado (Arseps) à explosão ocorrida no Jaguaré no dia 11 e que matou duas pessoas.

O grupo começou a atuar ontem para endurecer o controle sobre cronogramas, protocolos de segurança, autorizações e comunicação entre concessionárias. A força-tarefa terá duração inicial de três meses.

A medida faz parte de um pacote anunciado pela agência reguladora para reforçar a segurança em obras urbanas subterrâneas após o acidente no Jaguaré.

O diretor-presidente da Arseps, Diego Domingues, afirmou que a agência poderá interromper obras se identificar riscos ou descumprimento das normas. "A Arseps não hesitará em determinar a suspensão de

intervenções sempre que houver risco à segurança operacional, descumprimento regulatório ou qualquer situação que comprometa a integridade da população e das redes de infraestrutura", disse em entrevista exclusiva ao Estadão.

A explosão no Jaguaré aconteceu no dia 11 deste mês e causou as mortes do segurança Alex Fernandes Nunes, de 49 anos, e do pintor autônomo Francisco Bondemba da Silva, de 57, além de deixar marcas de destruição na Comunidade Nossa Senhora das Virtudes II, no Jaguaré.

Segundo a Defesa Civil, 16 casas foram interditadas definitivamente e outras 22 sofreram interdição parcial. Uma área de aproximadamente 2 mil metros quadrados foi destruída total ou parcialmente.

O governo de São Paulo, a Sabesp e a Comgás informam que atuam em conjunto no atendimento às famílias atingidas e no esclarecimento das causas da

GASTOS COM BETS

De acordo com os resultados, também mudou a destinação que esses recursos teriam caso as plataformas não existissem. Um quarto (26%) dos paulistanos diz que, se não apostasse, guardaria esse dinheiro. Na pesquisa anterior, essa margem era de 19%.

Os dados apontam que parte significativa das pessoas usaria os recursos para consumos essenciais, como pagar as contas domésticas (14%) e comprar alimentos (13%).

As mulheres disseram mais que usariam o dinheiro das apostas para comprar comida (18%) e pagar as contas (18%), enquanto, entre os homens, esses percentuais foram de 11% e 13%. Já os homens guardariam mais (28%) do que elas (18%).

"Nesse caso, as informações sugerem que as apostas disputam, agora, um espaço que antes estava ocupado pelo consumo tradicional das famílias, em atividades como o comércio, a alimentação e os serviços, mas também à organização financeira dessas apostas", afirma a entidade.

Metade dos entrevistados (54%) afirmou não gastar mais

do que R\$ 50 por mês nas apostas, enquanto 16% gastam até R\$ 100, e 12% investem até R\$ 200 nas plataformas.

EMPRÉSTIMO

O estudo também indicou que 12% dos paulistanos buscam algum tipo de ajuda financeira para seguir apostando. Desses, 5% pediram dinheiro emprestado para amigos ou familiares, enquanto outros 4% ainda recorrem a empréstimos bancários.

"Esse é um dos dados mais sensíveis da pesquisa, uma vez que revela que um em cada dez paulistanos já teve problemas financeiros ao apostar e precisou recorrer a terceiros para regularizar a situação", observa a FecomercioSP.

A federação destaca que isso

ocorre em meio a um quadro econômico complexo, marcado por endividamento e juros altos. "Só a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) da Federação de abril mostrou, por exemplo, que 72,9% das famílias da cidade estavam endividadas, o maior nível em três anos. Em cada dez delas, duas (21%) estavam inadimplentes", ressalta a entidade.

venção de acidentes em obras compartilhadas. O grupo será formado por representantes técnicos da agência e poderá contar com participação das concessionárias.

Domingues nega eventuais falhas no modelo atual de fiscalização. "Não se trata de falha do modelo atual, mas da necessidade de aprimoramento contínuo diante de uma nova realidade operacional", explica. "Esse novo cenário elevou a complexidade operacional dessas intervenções e exige o fortalecimento permanente dos mecanismos de coordenação, fiscalização e controle".

Após protestos de moradores na última sexta-feira, 22, famílias desalojadas conseguiram um acordo para permanecer em hotéis e continuar recebendo auxílio-aluguel até a definição de uma solução habitacional definitiva. A Sabesp e a Comgás dividiram a responsabilidade pelo atendimento aos atingidos.

HOSPITAIS

Estado publica decreto que amplia Tabela SUS Paulista para municípios

O Governo de São Paulo publicou o decreto na edição extra do Diário Oficial do Estado que institui o programa Tabela SUS Paulista Municipal, nova etapa da Tabela SUS Paulista voltada ao fortalecimento do financiamento dos hospitais municipais no estado. A medida prevê cerca de R\$ 760 milhões em repasses anuais e deve beneficiar 100 hospitais municipais em 77 cidades paulistas.

"A Tabela SUS Paulista Municipal vai dar mais previsibilidade para os prefeitos, ajudar a fazer mais procedimentos, mais cirurgias e vamos ajudar os hospitais nos municípios. Ou seja, aqueles municípios que têm hospital municipal e que agora vão contar com mais recursos do estado, com mais previsibilidade, com mais custeio, e isso significa mais procedimento. E assim, a gente vai recuperando e

tornando a saúde do estado uma grande referência para o Brasil", afirma o governador Tarcísio de Freitas.

O anúncio da ampliação havia sido realizado pelo governador durante a Caravana 3D – Desenvolvimento, Dignidade e Diálogo, no Grande ABC. Com a publicação do decreto, o programa avança para a fase de adesão dos municípios e regulamentação operacional pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

A iniciativa tem como objetivo complementar o custeio de atendimentos hospitalares de média e alta complexidade e dos serviços de terapia renal substitutiva realizados diretamente pelos municípios aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

"O SUS Paulista Municipal representa mais um avanço no fortalecimento da rede pública de

saúde. A medida amplia o apoio aos municípios e contribui para garantir mais acesso, estrutura e atendimento à população", afirmou o secretário de Estado da Saúde, Eleuless Vieira de Paiva.

PRÓXIMOS PASSOS

A partir da publicação do decreto, a Secretaria de Estado da Saúde irá regulamentar os critérios operacionais do programa, incluindo a tabela complementar de custeio e os mecanismos de controle e acompanhamento dos recursos.

Os municípios interessados deverão formalizar adesão ao programa por meio de termo específico firmado entre as prefeituras e a SES. O termo terá validade de 12 meses, com possibilidade de renovação conforme critérios estabelecidos pela Pasta.

Para participar, os municí-

pios precisam possuir Fundo Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Saúde e Plano Municipal de Saúde vigentes, além de manter regularidade no envio de informações hospitalares aos sistemas oficiais do SUS.

Também será necessário indicar unidades hospitalares municipais cadastradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e disponibilizar leitos e vagas no sistema estadual de regulação, fortalecendo a integração regional da assistência.

Criada para reduzir a defasagem histórica da tabela nacional do SUS, a Tabela SUS Paulista já promoveu reajustes em procedimentos realizados por hospitais filantrópicos e agora amplia seu alcance para hospitais municipais, fortalecendo o atendimento regional em todo o estado.

ESTUDO

Células-tronco usadas contra complicações do transplante de medula

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

Pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) estão desenvolvendo uma terapia avançada que já demonstrou desempenho promissor no controle de uma complicação grave que acomete muitos pacientes após o transplante de medula óssea e pode levar à morte.

A doença do hospedeiro (DECH) se instala quando as células imunológicas presentes na medula doada identificam o organismo do receptor como estranho e passam a atacá-lo. Os problemas podem surgir nos primeiros 100 dias após o transplante, caracterizando uma doença aguda, ou até anos depois, na forma crônica.

As regiões mais atacadas, nos casos agudos, são a pele e o sistema gastrointestinal, ocasionando sintomas como vermelhidão, ardência, náuseas, cólicas e mal funcionamento do fígado. Já a DECH crônica pode atingir todo o corpo e, em casos graves, provocar rigidez nos movimentos, dificuldade de respiração e úlceras.

O tratamento tradicional é feito com corticosteroides, que diminuem a inflamação causada por esse ataque das células de defesa, trazendo alívio dos sintomas. No entanto, muitos pacientes apresentam resistência a esses medicamentos de primeira linha, precisando de outros corticosteroides mais agressivos ou de imunossupressores.

Já a alternativa que está sendo desenvolvida pela primeira vez no Brasil, chamada de MesenCell, utiliza células-tronco mesenquimais, retiradas da medula óssea de doadores, processadas em laboratório e congeladas até o uso.

A responsável técnica do Centro de Tecnologia Celular da PUCPR e coordenadora do projeto, Carmen Kuniyoshi Rebelatto, explica que o objetivo é atuar na origem a doença.

"Quem ataca principalmente são as células do tipo T e B, e a nossa terapia diminui a

proliferação dessas células. É um efeito que a gente consegue ver até em laboratório. Então, ela atua na base, liberando alguns fatores solúveis que vão modular todo o sistema imunológico do paciente, diminuindo a proliferação dessas células e melhorando toda a inflamação", complementa.

A princípio, o MesenCell seria indicado para pacientes que não melhoram com os remédios tradicionais, ou que não podem utilizá-los, por conta da sua toxicidade. Além disso, nem todos os medicamentos recomendados estão disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS).

O grupo de pesquisa já realizou um estudo-piloto com 11 pacientes de DECH crônica, utilizando as mesmas células-troncos, mas diluídas com uma outra substância. Agora vão fazer um novo estudo clínico, com 20 pessoas, utilizando uma mistura que se mostrou mais viável.

Entre os pacientes do estudo-piloto, metade apresentou remissão completa. Mas o medicamento levou à melhora de 75% dos comprometimentos gastrointestinais e 100% dos sintomas de pele, mesmo nos casos mais graves.

"Esses pacientes desenvolvem esclerodermia, uma deposição de fibroblastos na pele, e ela fica endurecida, como se fosse uma carapaça, e aí o paciente vai perdendo mobilidade. A gente conseguiu reverter esse processo", conta Carmen.

A nova fase de testes começa em setembro, em três centros de referência no Paraná: Complexo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, Hospital Erasto Gaertner e Hospital Nossa Senhora das Graças.

A pesquisa está sendo custeada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Posteriormente, o grupo de pesquisa espera firmar parceria com alguma empresa farmacêutica para viabilizar a produção do medicamento em larga escala.

CASO HENRY

Jairinho destitui defesa, mas após pressão do MP volta atrás

RAYANDERSON GUERRA/AE

O ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior (foto), conhecido como Dr. Jairinho, e Monique Medeiros começaram a ser julgados no início da tarde desta segunda-feira, no Tribunal do Júri, no Rio de Janeiro, pela morte do menino Henry Borel, de 4 anos.

O caso começou a ser analisado após uma manhã marcada pela indefinição sobre o possível adiamento do julgamento. O ex-vereador destituiu a banca de advogados que o defende da acusação de homicídio após o enfarte do advogado Fabiano Lopes, um dos defensores do exparlamentar.

Diante da decisão de Jairinho, o Ministério Público do Rio de Janeiro pediu que o ex-vereador fosse transferido da Cadeia Pública Pedrolino Werling de Oliveira (Bangu 8), conhecida por abrigar presos de colarinho branco, com ensino superior e de casos de repercussão, para a Penitenciária Laércio de Costa Pellegrino (Bangu 1), de segurança máxima e onde se encontram os detentos mais perigosos.

Já a defesa de Monique Medeiros, representada pelo advogado Hugo Novais, defendeu que o julgamento da mãe de Henry não poderia ser desmembrado, uma vez que ela é acusa-



TÂNIA RÉGO/ABRASIL

da de homicídio por omissão.

FILHO NOMEADO

A juíza Elisabeth Machado Louro deu indícios de que adiar o julgamento e de que poderia atender ao pedido do MP pela transferência de Jairo. No meio da decisão de Elisabeth, Jairinho interrompeu a magistrada e constituiu novamente a defesa, incluindo à banca de advogados o próprio filho, o advogado Luís Fernando Abidul.

"As inúmeras tentativas de protelar o julgamento deste processo fazem não só desta julgadora, mas de todos os demais

envolvidos no processo reféns dele por iniciativa de uma só das partes", afirmou a magistrada no início da decisão.

Com a defesa constituída novamente, Elisabeth deu prosseguimento ao tribunal do júri. Sete jurados foram sorteados: ao fim, cinco mulheres e dois homens ficaram definidos.

Após cerca de seis horas de sessão, o julgamento do assassinato do menino Henry Borel Medeiros foi suspenso e será retomado, nesta terça-feira, pelo Tribunal do Júri no Rio de Janeiro. O primeiro dia foi de debate técnico e pedidos da defesa.

Jairinho e Monique Medeiros, mãe da criança, são acusados pela morte do menino, em 2021, após uma série de agressões. À época, Dr. Jairinho era vereador no Rio de Janeiro no quinto mandato.

Para esta terça-feira estão previstos os depoimentos de três testemunhas de acusação, incluindo dois delegados e um médico legista. De acordo com representantes da defesa e da acusação, a expectativa é de que o julgamento dure de cinco a sete dias.

DENÚNCIA

Segundo a denúncia, na madrugada de 8 de março de 2021, Dr. Jairinho espancou até a morte o menino Henry, enquanto a mãe, Monique Medeiros, foi omissa, o que levou à morte da criança.

De acordo com o Ministério Público, em outras três ocasiões em fevereiro de 2021, Jairo tinha submetido o menino a sofrimento físico e mental com emprego de violência.

Jairo é acusado de homicídio qualificado por meio cruel que impossibilitou a defesa da vítima e pelas três torturas praticadas contra criança.

Monique responde por homicídio por omissão qualificado por motivo torpe e recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

MONTE PASCOAL HOLDING S.A.

CNPJ/MF 44.103.111/0001-07 - NIRE 333.0034079-3
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: no dia 30 de abril de 2026, às 10:00 horas na sede da MONTE PASCOAL HOLDING S.A. ("Companhia"), localizada na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, Sala 1.801, Botafogo, CEP 22.250-040. **2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** dispensada a convocação, conforme faculdade prevista no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), considerando a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, a saber, Itaú Unibanco S.A., inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 60.701.190/4816-09 e V2I Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.395.916/0001-00 ("Acionistas"), conforme registro de presenças lavrado em livro próprio. **3. MESA:** Presidente: Sra. Ana Paula P. Bacalchuc de S. Fonseca; Secretário: Sr. Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. **4. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre: **4.1.** A lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações; **4.2.** A alteração das datas de Resgate (conforme definido no Estatuto Social da Companhia) das Ações Preferenciais (conforme definido no Estatuto Social da Companhia) das classes 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10; **4.3.** A conversão de (i) 714.102 (setecentas e quatorze mil e cento e duas) Ações Preferenciais da classe 4 em Ações Preferenciais da classe 11; (ii) 1.389.000 (um milhão, trezentas e oitenta e nove mil) Ações Preferenciais da classe 5 em Ações Preferenciais da classe 11; (iii) 719.666 (setecentas e noventa e seis mil e seiscentas e sessenta e seis) Ações Preferenciais da classe 5 em Ações Preferenciais da classe 12; (iv) 1.383.436 (um milhão, trezentas e oitenta e três mil e quatrocentas e trinta e seis) Ações Preferenciais da classe 6 em Ações Preferenciais da classe 12; (v) 725.230 (setecentas e vinte e cinco mil e duzentas e trinta) Ações Preferenciais da classe 6 em Ações Preferenciais da classe 13; (vi) 1.377.872 (um milhão, trezentas e setenta e sete mil e oitocentas e setenta e duas) Ações Preferenciais da classe 7 em Ações Preferenciais da classe 13; (vii) 1.079.240 (um milhão, setenta e nove mil e duzentas e quarenta) Ações Preferenciais da classe 7 em Ações Preferenciais da classe 14; (viii) 1.023.862 (um milhão, vinte e três mil e oitocentas e sessenta e duas) Ações Preferenciais da classe 8 em Ações Preferenciais da classe 14; (ix) 1.433.250 (um milhão, quatrocentas e trinta e três mil e duzentas e cinquenta) Ações Preferenciais da classe 8 em Ações Preferenciais da classe 15; (x) 565.867 (quinhentas e sessenta e cinco mil e oitocentas e sessenta e sete) Ações Preferenciais da classe 9 em Ações Preferenciais da classe 15; (xi) 716.105 (setecentas e dezesseis mil e cento e cinco) Ações Preferenciais da classe 9 em Ações Preferenciais da classe 16; e (xii) 1.281.972 (um milhão, duzentas e oitenta e uma mil e novecentas e setenta e duas) Ações Preferenciais da classe 10 em Ações Preferenciais da classe 16; **4.4.** A alteração da taxa de retorno sobre os dividendos semestrais fixos das Ações Preferenciais, para que passe de 100% (cento por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra group", expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentas e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A., no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>), ou qualquer índice que venha a substituí-lo no futuro ("Taxa DI"), acrescido de 1,00% (um por cento) ao ano, para 100% (cem por cento) da Taxa DI; **4.5.** A aprovação da distribuição de dividendos intermediários exclusivamente ao Acionista detentor das ações ordinárias da Companhia, no valor de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), com base na reserva de lucros apurada em exercícios anteriores, com a expressa anuência do Acionista detentor das Ações Preferenciais com relação à referida distribuição, ainda que não tenham sido declarados Dividendos Prioritários; **4.6.** A aprovação da celebração, (i) pela Companhia e pela Energética Serra da Prata S.A. ("Espra"), do terceiro aditamento ao "Acordo de Acionistas", celebrado em 22 de dezembro de 2022, por e entre a V2I Energia S.A. ("V2I"), o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), a Companhia, a Enerbrás Centrais Elétricas S.A. e a Espra ("Aditivo"); e (ii) pela Companhia, do "Termo de Acordo entre Partes e Outras Avenças", entre o Itaú, a V2I e a Companhia, refletindo as novas declarações e garantias prestadas pela V2I e pela Companhia, bem como as respectivas regras de indenização perante o Itaú ("Termo de Acordo"); **4.7.** A autorização para que a administração da Companhia possa tomar todas as providências que se fizerem necessárias à implementação das deliberações aprovadas nesta assembleia; e **4.8.** A alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as deliberações anteriores, caso aprovadas. **5. DELIBERAÇÕES:** os Acionistas, sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram integralmente, e de forma unânime, as seguintes deliberações: **5.1.** Lavrar a presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. **5.2.** Alterar as datas de Resgate das Ações Preferenciais das classes 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10. **5.2.1.** Em decorrência da deliberação prevista no item 5.2 acima, os Acionistas aprovaram a alteração do Parágrafo Quarto do Artigo Quinto do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a nova redação constante do item 5.3.1 abaixo. **5.3.** Converter (i) 714.102 (setecentas e quatorze mil e cento e duas) Ações Preferenciais da classe 4 em Ações Preferenciais da classe 11; (ii) 1.389.000 (um milhão, trezentas e oitenta e nove mil) Ações Preferenciais da classe 5 em Ações Preferenciais da classe 11; (iii) 719.666 (setecentas e noventa e seis mil e seiscentas e sessenta e seis) Ações Preferenciais da classe 5 em Ações Preferenciais da classe 12; (iv) 1.383.436 (um milhão, trezentas e oitenta e três mil e quatrocentas e trinta e seis) Ações Preferenciais da classe 6 em Ações Preferenciais da classe 12; (v) 725.230 (setecentas e vinte e cinco mil e duzentas e trinta) Ações Preferenciais da classe 6 em Ações Preferenciais da classe 13; (vi) 1.377.872 (um milhão, trezentas e setenta e sete mil e oitocentas e setenta e duas) Ações Preferenciais da classe 7 em Ações Preferenciais da classe 13; (vii) 1.079.240 (um milhão, setenta e nove mil e duzentas e quarenta) Ações Preferenciais da classe 7 em Ações Preferenciais da classe 14; (viii) 1.023.862 (um milhão, vinte e três mil e oitocentas e sessenta e duas) Ações Preferenciais da classe 8 em Ações Preferenciais da classe 14; (ix) 1.433.250 (um milhão, quatrocentas e trinta e três mil e duzentas e cinquenta) Ações Preferenciais da classe 8 em Ações Preferenciais da classe 15; (x) 565.867 (quinhentas e sessenta e cinco mil e oitocentas e sessenta e sete) Ações Preferenciais da classe 9 em Ações Preferenciais da classe 15; (xi) 716.105 (setecentas e dezesseis mil e cento e cinco) Ações Preferenciais da classe 9 em Ações Preferenciais da classe 16; e (xii) 1.281.972 (um milhão, duzentas e oitenta e uma mil e novecentas e

setenta e duas) Ações Preferenciais da classe 10 em Ações Preferenciais da classe 16. **5.3.1.** Em decorrência das deliberações previstas nos itens 5.2 e 5.2.1 acima, os Acionistas aprovaram a alteração do caput e do Parágrafo Quarto do Artigo Quinto do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com as seguintes novas redações: "**Artigo Quinto** - O capital social da Companhia é de R\$ 200.467.846,00 (duzentos milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e seis reais), dividido em 124.467.846 (cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e seis) ações ordinárias e 21.033.620 (vinte e um milhões, trinta e três mil, seiscentas e vinte) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, observado que as ações preferenciais são de classes diferentes, conforme a seguinte distribuição:

Classes das Ações Preferenciais Resgatáveis	Quantidade de Ações Preferenciais
4	1.261.862
5	842.281
6	842.281
7	1.260.821
8	1.260.821
9	1.577.976
10	1.577.976
11	2.103.102
12	2.103.102
13	2.103.102
14	2.103.102
15	1.999.117
16	1.998.077

(...) **Parágrafo Quarto** - A Companhia possui ações preferenciais resgatáveis, escriturais e sem valor nominal, das classes "4" a "16" com datas de Resgate estabelecidas no cronograma abaixo, sem possuir qualquer prioridade ou vantagem adicional entre as diferentes classes de ações preferenciais ("Ações Preferenciais"), as quais permanecerão, a todo o tempo, em condição de igualdade (pari passu) entre si, exceto pelas diferentes datas de Resgate e observado o disposto na alínea (e) do Parágrafo Sexto deste Artigo:

Classes das Ações Preferenciais	Data de Resgate
4	30 de dezembro de 2026
5	30 de junho de 2027
6	30 de dezembro de 2027
7	30 de junho de 2028
8	30 de dezembro de 2028
9	30 de junho de 2029
10	30 de dezembro de 2029
11	30 de junho de 2030
12	30 de dezembro de 2030
13	30 de junho de 2031
14	30 de dezembro de 2031
15	30 de junho de 2032
16	30 de dezembro de 2032

5.4. Alterar a taxa de retorno sobre os dividendos semestrais fixos das Ações Preferenciais para que passe de 100% (cento por cento) da Taxa DI, acrescido de 1,00% (um por cento) ao ano, para 100% (cem por cento) da Taxa DI. **5.4.1.** Em decorrência da deliberação prevista no item 5.4 acima, os Acionistas aprovaram a alteração do Parágrafo Sétimo do Artigo Décimo Sétimo do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**ARTIGO DECIMO SÉTIMO** - O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. (...) **Parágrafo Sétimo** - Os Dividendos Prioritários devidos em cada data de distribuição dos dividendos, conforme definido em acordo de acionistas ("Data de Distribuição de Dividendos"), serão fixos e calculados com base em taxa de retorno equivalente a (i) 100% (cento por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra group", expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A., no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>), ou qualquer índice que venha a substituí-lo no futuro ("Taxa DI") acrescido de 1,00% (um por cento) ao ano, para os Dividendos Prioritários pagos até 30 de abril de 2026 (inclusive) e (ii) 100% (cento por cento) da Taxa DI para os Dividendos Prioritários pagos a partir de 1 de maio de 2026. **5.5.** Aprovar a distribuição de dividendos intermediários exclusivamente ao Acionista detentor das ações ordinárias da Companhia, no valor de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), com base na reserva de lucros apurada em exercícios anteriores, com a expressa anuência do Acionista detentor das Ações Preferenciais com relação à referida distribuição, ainda que não tenham sido declarados Dividendos Prioritários. **5.6.** Aprovar a celebração, pela Companhia e pela Espra, conforme aplicável, dos Documentos da Operação. **5.7.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos, registros e averbações que se fizerem necessários à perfeita regularização, formalização e efetivação das deliberações tomadas na presente assembleia. **5.8.** Alterar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir as deliberações ora aprovadas acima, o qual passa a vigorar na forma constante do Anexo I a presente ata. **ENCERRAMENTO:** nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada pelos membros da mesa e pelos Acionistas representando o quórum necessário para as deliberações tomadas. Confere com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026. **Mesa:** Ana Paula P. Bacalchuc de S. Fonseca - Presidente, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes - Secretário. **Acionistas:** V2I Energia S.A. - Ana Paula P. Bacalchuc de S. Fonseca - Diretora, Vagner Alexandre Serrato - Diretor. **Itaú Unibanco S.A.** - Daniela Vieira Bragarbyk - Procuradora, Guilherme Lúcio Silva Neto - Procurador. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 11/05/2026 sob o nº 00007762823, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

CONGO

Cruz Vermelha lamenta mortes de voluntários devido ao Ebola

A Cruz Vermelha brasileira lamentou a morte de três voluntários da entidade na República Democrática do Congo (RDC). Em nota, divulgada no sábado passado, o órgão informou que eles foram vítimas de infecção por ebola.

"Eles perderam suas vidas para o vírus ebola enquanto lutavam bravamente na linha de frente do combate à doença", diz o texto da entidade.

A Cruz Vermelha lamentou as mortes destacando o legado deixado por eles. "Expressamos nossos mais profundos sentimentos e sincero respeito aos familiares, amigos e a toda a equipe congoleza. O legado de coragem, humanidade e sacrifício desses voluntários jamais será esquecido.

SURTO DE EBOLA

A RDC passa atualmente

por um surto de Ebola, segundo anunciou na sexta-feira a Organização Mundial da Saúde (OMS). O país tem um "risco muito alto" de contaminação pelo vírus.

Isso significa que a doença está se espalhando rapidamente. Segundo a última contagem da OMS, 82 pessoas foram contaminadas oficialmente no país e há sete mortes, mas os números podem ser maiores. Há cerca de 750 casos não confirmados e 177 mortes suspeitas, também segundo a OMS.

O Centro de Controle e Prevenção de Doenças da África (CDC África) informou na sexta-feira que dez países africanos estão sob risco de um surto de ebola. Os voluntários não eram brasileiros. As vítimas da doença eram profissionais de outras nacionalidades.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

MELHORES SALÁRIOS

Professores da USP entram em greve em apoio aos estudantes

CAIO POSSATI/AE

Professores da Universidade de São Paulo (USP) decidiram ontem, entrar em greve e cruzar os braços em apoio aos estudantes, que estão paralisados desde o mês passado. A decisão da categoria de paralisar as atividades foi realizada durante uma Assembleia Geral convocada pela Adusp, a Associação de Docentes da Universidade de São Paulo.

Os docentes estão em campanha salarial e pedem reajuste nos vencimentos. Contudo, entre as pautas, está também a retomada das negociações da reitoria com os alunos, incluindo um avanço na proposta do reajuste do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (Papfe) e a não criminalização do movimento estudantil.

Os professores contestam o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), que determina o reajuste salarial de 3,47%, que corresponde à inflação dos últimos doze meses medida pelo IPC-Fipe.

A Adusp apresentou uma contraproposta: reajuste pelo IPCA, medido pelo IBGE, que atingiu 4,39% nos últimos doze meses, mais 3%, primeiro passo de um processo de recuperação das perdas salariais, tendo como referência o poder de compra de maio de 2012.

Durante a assembleia, chegou a ser levantada a hipótese de uma paralisação nesta terça, 26, seguida de indicativo de greve. A opção, no entanto, foi vencida pela opção de paralisar as atividades de maneira imediata.

DEMANDA ESTUDANTIL

Os estudantes aprovaram a paralisação em 14 de abril. Liderado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), o movimento acompanhou a mobili-

zação de servidores, que também cruzaram os braços no mês passado em protesto contra uma gratificação anunciada pela universidade exclusivamente para professores.

Após pressão e mobilização, os servidores conseguiram avanços salariais e encerraram a paralisação. Os estudantes, porém, decidiram manter a greve e passaram a concentrar esforços em suas próprias reivindicações.

A principal demanda é o reajuste do Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (Papfe), que atualmente oferece benefícios que vão R\$ 335 para estudantes residentes em moradia estudantil a R\$ 885 para auxílio integral.

A USP propôs um reajuste baseado no índice IPC-FIPE. Dessa forma, o auxílio integral passaria para R\$ 912 mensais, enquanto o auxílio parcial para estudantes com moradia subiria para R\$ 340. A proposta, no entanto, é considerada insuficiente pelos estudantes, que defendem um reajuste para R\$ 1.804, valor equivalente ao salário mínimo paulista.

Além disso, os estudantes criticam questões estruturais da universidade, como a gestão do restaurante universitário, conhecido como "Bandeirão", a moradia estudantil e a situação do Hospital Universitário (HU), que, segundo manifestantes, perdeu cerca de 30% de seu quadro de funcionários na última década.

A reitoria abriu três rodadas de negociação com os estudantes, mas, diante da rejeição da proposta apresentada, decidiu encerrar unilateralmente as conversas, gerando insatisfação entre os grevistas.

O reitor da USP, Aluísio Segurado, chegou a dizer que os valores apresentados eram a última proposta que a reitoria poderia oferecer.

JORNAL BRITÂNICO

Filme de Bolsonaro virou comédia de erros, diz 'FT'

RAISA TOLEDO/AE

O jornal britânico Financial Times publicou ontem, reportagem em que afirma que o filme "Dark Horse", inspirado na trajetória política do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), pode "afundar" a pré-candidatura presidencial de seu filho mais velho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Segundo o periódico, a produção virou uma espécie de "comédia de erros" antes mesmo da estreia, após as revelações de que Flávio buscou financiamento para o longa com o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, preso e alvo de investigações pela fraude bilionária da instituição. Ele aparece em áudio cobrando repasses de Vorcaro para a realização da obra audiovisual.

Na análise do Financial Times, a controvérsia em torno do

financiamento do projeto levanta dúvidas sobre a viabilidade eleitoral de Flávio, "ungido" como sucessor político do pai depois da condenação de Jair Bolsonaro a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe após as eleições de 2022.

"A revelação colocou o principal desafiante do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no centro de um amplo escândalo político que abalou Brasília, ameaçando a candidatura do senador de 45 anos nas eleições presidenciais de outubro", diz o jornal, acrescentando que Flávio vai "buscar no pai inspiração para sua própria sobrevivência política".

Segundo revelações do portal Intercept Brasil, R\$ 61 milhões de cerca de R\$ 134 milhões acertados entre Flávio e Daniel Vorcaro para o longa foram enviados entre fevereiro e maio de 2025.

O Financial Times aponta

que a soma supera com folga o de produções brasileiras recentes de grande porte, como O Agente Secreto, que representou o País na última edição do Oscar e custou cerca de R\$ 27 milhões.

"Já os apoiadores da cinebiografia de Bolsonaro, dirigida pelo cineasta americano Cyrus Nowrasteh, argumentam que o valor não é elevado para os padrões de Hollywood", diz a publicação, que define o longa como "mistura thriller e conspiração" que narra a chegada do "Trump dos Trópicos", como Bolsonaro era chamado, ao poder em 2018.

O Financial Times cita que a conexão com Vorcaro não é a primeira controvérsia da produção do filme, que contou com denúncias a sindicatos sobre condições de trabalho no set de filmagem e o uso não autorizado de uma música da cantora

Beyoncé

Apesar do desgaste provocado pelo caso, aliados do ex-presidente e de Flávio avaliaram à reportagem que "Dark Horse", que tem o ator americano Jim Caviezel no papel de Jair Bolsonaro, pode alcançar repercussão tanto no Brasil quanto no exterior.

O ex-estrategista da Casa Branca Steve Bannon declarou ao jornal que pretende ajudar na divulgação do filme nos EUA e acredita que a participação de Caviezel, ligado ao movimento conservador Maga (Make America Great Again), pode aumentar o interesse na obra.

"Se você está no Brasil e descobre que existe um filme sobre o seu ex-presidente, estrelado por uma grande estrela de Hollywood, esse tipo de coisa multiplica o alcance do investimento. É melhor do que fazer comerciais de 30 segundos na TV", disse.

ESPECIAL

Nova regra da CNH levanta dúvidas sobre cobertura de seguro em carros usados em aulas práticas

POR REDAÇÃO

A autorização para que candidatos à Carteira Nacional de Habilitação (CNH) utilizem carros particulares em aulas e provas práticas começou a gerar questionamentos no mercado de seguros sobre a cobertura em caso de acidentes envolvendo motoristas ainda não habilitados. A mudança foi implementada após resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que flexibilizou o processo de formação de condutores com o objetivo de reduzir custos e ampliar o acesso à habilitação no país.

Pela nova regulamentação, veículos particulares podem ser usados no processo de aprendizagem desde que atendam às exigências definidas pelos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans) e contem com acompanhamento de instrutores credenciados. A medida integra o pacote de mudanças aprovado pelo Contran no fim de 2025 e defendido pelo Ministério dos Transportes como uma alternativa para reduzir despesas dos candidatos à CNH.

O novo cenário, porém, abriu um debate entre seguradoras e especialistas em direito securitário. Representantes do setor afirmam que muitas apólices atuais não preveem cobertura para veículos conduzidos por pessoas sem habilitação definitiva, ainda que a condução esteja autorizada pelas novas regras de trânsito.

Em entrevista divulgada por entidades ligadas ao mercado segurador, a vice-presidente da comissão de automóveis da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Keila Farias, afirmou que "cada seguradora possui regras próprias" para análise de cobertura e avaliação de risco. Segundo ela, o uso do veículo para aprendizagem pode ser interpretado de forma diferente

do uso particular informado na contratação do seguro.

O entendimento é semelhante ao de executivos de seguradoras que acompanham as discussões sobre a regulamentação. Fábio Morita, diretor-executivo da Allianz Seguros, declarou que "a apólice tradicional não foi desenhada" para situações envolvendo condutores ainda não habilitados. O executivo defendeu que o setor deve discutir adaptações específicas para atender ao novo modelo de formação de motoristas.

Nova CNH amplia debate sobre responsabilidade em acidentes

Além da discussão sobre seguros, a resolução também passou a levantar dúvidas jurídicas sobre responsabilidade civil em acidentes durante aulas práticas realizadas com carros particulares. O Código de Trânsito Brasileiro prevê penalidades para condução sem habilitação, mas a nova norma criou exceções para candidatos regularmente inscritos no processo de formação e acompanhados por instrutores autorizados.

Especialistas em direito do seguro afirmam, no entanto, que a autorização administrativa não altera automaticamente os contratos firmados entre seguradoras e clientes. Ernesto Tzirulnik, presidente do Instituto Brasileiro de Direito do Seguro (IBDS), afirmou em análise publicada pela instituição que "o contrato de seguro depende da definição do risco coberto", o que pode incluir restrições específicas relacionadas ao perfil do condutor.

Dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep) indicam que o seguro automotivo segue entre os principais segmentos do mercado segurador brasileiro. Segundo levantamento divulgado pela autarquia, o setor arrecadou mais de R\$ 70 bilhões em prêmios em 2025, mantendo crescimento impulsionado pelo aumento da frota e pela retomada das vendas de veículos.

Enquanto as seguradoras discutem possíveis adaptações nas apólices, especialistas orientam proprietários de veículos a consultar previamente as condições do contrato antes de utilizar o carro em aulas práticas ou exames de direção. A recomendação é verificar cláusulas relacionadas à condução por terceiros e comunicar formalmente à seguradora sobre qualquer alteração na finalidade de uso do automóvel.

O debate também ocorre em meio às discussões sobre o custo da CNH no Brasil. O governo federal argumenta que as novas regras podem reduzir gastos com autoescolas e ampliar o acesso à habilitação, especialmente entre jovens e trabalhadores de baixa renda.

DECRETOS

Mudanças nas regras das plataformas viram alvo de big techs Câmara

FLÁVIA SAID/AE

Associações que representam big techs no Brasil manifestaram preocupação com a edição de decretos assinados na semana passada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que alteraram a regulamentação do Marco Civil da Internet (MCI). Os decretos também possibilitam a responsabilização das plataformas digitais de acordo com a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no ano passado.

Segundo as entidades, diferentemente do trajeto habitual, em que o Congresso edita a lei e o Executivo a regulamenta, os decretos convertem em obrigações concretas trechos de uma decisão judicial proferida sem unanimidade e ainda sujeita a recursos, envolvendo temas centrais como a responsabilidade dos provedores, a moderação de conteúdo e o funcionamento dos serviços digitais no Brasil.

As críticas foram feitas em carta assinada pela Associação Latino-Americana de Internet (Alai), pela Câmara Brasileira da Economia Digital (camara-e.net) e pelo Conselho Digital, que reúnem big techs como Google, Meta, X, Discord, Amazon, Mercado Pago, TikTok e Open AI.

As associações dizem que o caminho adotado pelo Poder Executivo foi "pouco usual", pois os decretos avançam sobre matérias que ainda são

sendo debatidas no STF e no Congresso, "o que amplia a insegurança jurídica e enfraquece a previsibilidade regulatória de que o ambiente digital depende, inclusive atribuindo competências a atores governamentais por meio desse processo".

"A premissa de qualquer empresa que opera no Brasil é a de que cabe ao Congresso fixar as regras gerais e aos decretos detalhar a forma de cumpri-las. A dissolução dessa fronteira faz com que empresas e cidadãos passem a não ter clareza sobre a origem das obrigações, sobre quais delas vigoram, a partir de quando e de que maneira devem ser observadas", sustentam.

Para além do formato, elas afirmam que a inquietação principal recai sobre o mérito dos parâmetros que foram adotados. "As regras em debate tocam temas de alta sensibilidade - entre eles a liberdade de expressão, a atividade econômica, o comércio digital e a responsabilidade dos provedores - e demandam reflexão aprofundada antes de se transformarem em comandos regulatórios".

Dizem ainda que a regulação dos serviços digitais não pode ignorar riscos concretos, citando "a retirada excessiva de conteúdo, o encarecimento da conformidade, a vulnerabilidade dos pequenos provedores e a imposição uniforme de obrigações a empresas de portes, estruturas e modelos de negócio profundos e distintos".

ESPECIAL



DETRAN SP - DIVULGAÇÃO

CÂMARA

Acordo prevê transição de 60 dias para o fim da escala 6x1

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O governo e a Câmara fecharam um acordo ontem que estabelece o prazo de 60 dias para o fim da escala 6x1 após a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Com a mudança, o trabalhador passará a folgar dois dias por semana já no início da transição. Também neste prazo, a jornada será reduzida de 44 para 42 horas semanais. No prazo de 12 meses após a promulgação, a jornada deve cair para as 40 horas semanais. A medida agora segue para análise dos parlamentares na Câmara e no Senado.

A decisão foi anunciada pelo presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), acompanhado dos ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e das Relações Institucionais, José Guimarães.

“A transição se dará dentro de um ano, não mais do que isso. Nós faremos a redução de 44 horas para 40 em um ano, após essa primeira redução de duas horas. Isso atende um apelo da classe trabalhadora, também escuta o setor produtivo. Dá um tempo para que os setores possam se organizar”, afirmou Motta.

A votação está prevista amanhã na Comissão e na quinta-feira no Plenário da Casa.

“Para o que mais interessa para o povo brasileiro, que foi o que mais motivou (o povo), que foi o fim da escala 6x1, não há transição, são 60 dias a partir da promulgação”, destacou Prates.

Em 60 dias:

- início da escala de 5 dias de trabalho com 2 dias de descanso
- jornada reduzida de 44 horas semanais para 42 horas

Em 1 ano:

- jornada deve cair de 42 horas para 40 horas semanais
- Com isso, o trabalhador que hoje faz 44 horas em seis dias de trabalho terá o direito de fazer 42 horas em, no máximo, cinco dias de trabalho, após os 60 dias da promulgação. Após 12 meses, a jornada será reduzida para 40 horas semanais, o que dá 8 horas por dia em cinco dias de trabalho, e dois de descanso (5x2).

GOVERNO

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que esse acordo é resultado do diálogo entre o governo e o Parlamento

e da luta dos trabalhadores brasileiros. Ele pediu ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que dê celeridade à proposta após aprovação da Câmara.

“Quero cumprimentar a juventude brasileira e a mulher trabalhadora brasileira, que é quem mais gritou, pedindo socorro. ‘Nós estamos adoecendo, nós não estamos aguentando mais. Nós precisamos de pelo menos duas folgas na semana’. Esse foi o grito da classe trabalhadora”, disse o ministro.

O ministro responsável pela articulação política do governo com o Parlamento, José Guimarães, agradeceu ao deputado Hugo Motta pelo acordo custurado para a PEC do fim da escala 6x1.

“País hoje vai comemorar, talvez, uma das medidas mais importantes para o mundo do trabalho, especialmente para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras”, disse Guimarães.

NOVAS REGRAS

O presidente da Câmara, Hugo Motta, antecipou ainda uma proposta para que os microempregados individuais (MEIs) sejam autorizados a contratar mais empregados, au-

mentando ainda o valor do faturamento. Atualmente, os MEIs só podem contratar um trabalhador e devem ter um faturamento bruto de até R\$ 81 mil por ano para se enquadrar nessa categoria.

“A ideia nossa é poder avançar, permitindo que esses empreendedores possam contratar mais pessoas, já que estamos reduzindo a jornada de trabalho. Isso irá trazer um avanço significativo, principalmente para buscarmos a formalidade do trabalho”, disse Motta.

A mudança para os MEIs e possíveis alterações para categorias específicas devem ser tratadas depois da aprovação da PEC, em projeto de lei com urgência constitucional enviado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Posteriormente à promulgação da PEC, possamos tratar das exceções que possam ser feitas de acordo com o projeto de lei, com a particularidade de cada setor, porque nós não queremos que essa medida venha, de certa forma, a trazer nenhuma dificuldade naquilo que é uma questão operacional para serviços que têm cada um a sua especificidade”, completou Hugo Motta.

STF

Moraes mantém prisão de condenados pela morte de Marielle

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem manter a prisão dos acusados pelo assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, ocorrido em 2018.

Com a decisão, continuarão presos o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ) Domingos Brazão, o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa, o major da Polícia Militar Ronald de Paula e o ex-policial militar Robson Calixto.

Moraes entendeu que a prisão preventiva dos acusados deve ser mantida. A decisão foi motivada por um pedido de soltura feito pelas defesas dos acusados.

“Não houve nenhum fato superveniente que alterasse a situação processual analisada pela Primeira Turma no momento do julgamento da ação penal, razão pela qual, deve ser mantida a custódia preventiva até o trânsito em julgado”, decidiu o ministro.

Em fevereiro deste ano, os acusados foram condenados pela Primeira Turma da Corte. Os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão, que é ex-deputado federal, foram condenados a 76 anos de prisão. Chiquinho está em prisão domiciliar por questões de saúde.

Rivaldo recebeu pena de 18 anos de prisão. Ronald cumpre 56 anos de prisão, e Robson Calixto foi condenado a 9 anos. Ainda cabe recurso contra as condenações.

SÍRIO-LIBANÊS

Lula inicia radioterapia após retirada de lesão no couro cabeludo

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou ontem tratamento de radioterapia no couro cabeludo. A medida foi adotada após a retirada de uma lesão na pele em 24 de abril. O Procedimento, no Hospital Sírio-Libanês em Brasília, é preventivo e terá 15 sessões.

De acordo com o hospital, o presidente seguirá com suas atividades diárias sem restrições, mantendo acompanhamento das equipes médicas lideradas pelo cardiologista Roberto Kalil Filho e pela médica Ana Helena Germoglio.

Segundo o Planalto, as sessões ocorrerão ao longo de três semanas, com duração aproximada de dois minutos cada.

Apesar do início do trata-



mento nesta manhã, o presidente mantém compromissos no Palácio do Planalto, incluindo evento com representantes de países africanos.

A radioterapia preventiva ocorre após procedimento cirúrgico ocorrido em abril, em São Paulo, para retirada de um carcinoma basocelular no couro cabeludo. À época, a equipe médica informou que a cirurgia transcorreu sem intercorrências. O presidente teve alta no mesmo dia.

O carcinoma basocelular é o tipo mais comum de câncer de pele, geralmente associado à exposição solar. Trata-se de uma lesão de crescimento lento, que raramente se dissemina para outras partes do corpo e apresenta altos índices de cura quando diagnosticada precocemente.

ATAQUE A MORAES

STF discute com AGU e MJ saída jurídica para notificação dos EUA

CAROLINA BRÍGIDO/AE

A Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Justiça (MJ) discutem uma saída jurídica para a decisão da Justiça norte-americana de notificar o ministro Alexandre de Moraes sobre um processo aberto contra ele nos Estados Unidos.

O advogado Martin De Luca, que representa a plataforma de vídeos Rumble e a Trump Media & Technology Group, afirmou ontem, que o ministro foi notifi-

cado via e-mail. O STF não confirmou essa informação.

As duas empresas entraram com ação na Justiça do EUA pedindo a nulidade das ordens de restrição e bloqueio emitidas por Moraes. O argumento é que as determinações configuram censura e atentam contra o direito à liberdade de expressão.

Moraes não deve se manifestar diante da notificação porque, segundo a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), o magistrado não responde pessoalmente por decisões judiciais proferidas no

exercício regular da função jurisdicional. Interlocutores do ministro explicaram que o sistema jurídico brasileiro protege a independência judicial e prevê responsabilidade pessoal do juiz apenas em hipóteses excepcionais - como, por exemplo, nos casos de fraude.

Ainda não está definido, porém, quem responderá à notificação. Isso poderia ser feito, em tese, pelo STF, pela AGU ou pelo Ministério da Justiça, porque seria o caso de cooperação internacional. Uma outra possibilidade seria acionar o Itamaraty

para atuar no caso.

Em março, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou um pedido de cumprimento de carta rogatória da Justiça dos Estados Unidos para intimar Moraes. A Corte entendeu que a legislação não autorizava a medida, porque o ministro atuou no exercício da função.

Ainda assim, a pedido das plataformas, a Justiça da Flórida autorizou a notificação por e-mail. Na visão de autoridades brasileiras, esse procedimento deveria ter sido realizado pela via diplomática.

EL NIÑO

Dino dá 10 dias para governo mostrar plano de combate a incêndios

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, o Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 10 dias para que o governo federal e os estados da Amazônia Legal informarem à Corte como se planejam para combater uma provável alta nos incêndios florestais provocada pelo fenômeno climático El Niño.

Dino tomou a medida após a confirmação de que o El Niño deverá provocar eventos climáticos extremos no Brasil. O fenômeno é provocado pelo aumento na temperatura das águas no Oceano Pacífico e tem ocorrência periódica, em geral com impactos relevantes sobre o clima em diversos países.

Na decisão desta segunda, o ministro mencionou nota técnica conjunta publicada neste mês pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), que confirma uma provável intensidade alta para o fenômeno já no segundo semestre de 2026.

“Aumento do risco de fogo: Uma estação seca mais prolongada, combinada com temperaturas acima da média e baixos



níveis de umidade relativa do ar, favorece condições de maior vulnerabilidade dos biomas amazônicos à ocorrência e propagação de incêndios florestais”, diz o documento.

Os estudos mostram que em

2015, quando o El Niño também teve intensidade alta, a incidência de fogo na Amazônia Legal aumentou em cerca de 36% em relação à média dos 12 anos anteriores, por exemplo.

Dino também destacou que

em reunião realizada em abril, a Procuradoria-Geral da República manifestou preocupação sobre a emissão de alertas relacionados ao fenômeno e com a insuficiência de capital humano, especialmente servidores e meteorologistas, no âmbito do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Na decisão, ele mandou que os executivos federal e estaduais “se manifestem sobre as providências de planejamento e preparação que vêm sendo adotadas para a eventualidade de as projeções se confirmarem e haver o incremento de incêndios florestais”.

O ministro é relator de uma ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) na qual o Supremo determinou que o governo tomasse providências para combater a alta expressiva nos incêndios florestais no Brasil, sobretudo durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Por esse motivo, Dino mantém a supervisão sobre o cumprimento das determinações impostas ao governo e se as providências tomadas são suficientes para combater o problema.

AGU

Messias volta de férias após rejeição no Senado e retoma atividades

RAISA TOLEDO/AE

O ministro Jorge Messias retornou ontem, a suas atividades à frente da Advocacia-Geral da União (AGU). Ele tirou 15 dias de férias após ter a sua indicação ao Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitada pelo Senado no fim do mês passado.

O advogado-Geral da União tem previstos para esta segunda-feira uma reunião de alinhamento de direção, três audiências e despachos internos, todos marcados para ocorrer nas dependências da pasta.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse a aliados que vai reenviar ao Senado a indicação do advogado-geral da União para a vaga deixada por Luís Roberto Barroso na Corte, mas o regimento interno da Casa proíbe que seja votada a indicação de uma autoridade já rejeitada naquele mesmo ano.

Messias aguarda uma definição do presidente, que pretende insistir no aliado para demonstrar força e passar a mensagem de que exerce as suas prerrogativas.

Segundo aliados do chefe da AGU, Messias só aceitaria uma nova indicação com muita certeza de que seria aprovado, principalmente após amargar a primeira derrota.

Ele foi sabatinado no Senado no dia 29 de abril e rejeitado por 42 votos a 34. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), é apontado como o principal articulador do desfecho.

Na última segunda-feira, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) elogiou o nome de Messias para a vaga no Supremo e disse que é preciso “aguardar” a decisão de Lula sobre o assunto.

“A indicação de ministro do Supremo Tribunal Federal é prerrogativa do presidente da República, então vamos aguardar. O Jorge Messias tem todas as condições, é um jurista experiente e tem espírito público. Ele fez concurso para ser advogado do povo, para a AGU, para prestar serviço público, então ele tem espírito público, preparo e experiência. Vamos aguardar”, afirmou o vice-presidente.

VENEZUELA

Aviões militares dos Estados Unidos realizam exercício em Caracas

PEDRO LIMA/AE

A Embaixada dos Estados Unidos em Caracas informou no fim de semana que realizou um exercício de resposta militar na capital da Venezuela, como parte da preparação operacional das forças americanas no país. Em publicação no X, a representação diplomática afirmou que "garantir a capacidade de resposta rápida do Exército é um componente-chave da prontidão da missão, tanto aqui na Venezuela quanto em todo o mundo".

Segundo a embaixada, a operação integra o "plano de três fases" do presidente dos EUA, Donald Trump, para a Venezuela, em coordenação com o Comando Sul das Forças Armadas americanas (Southcom, em inglês) e contou com autorização do governo venezuelano.

O exercício ocorre pouco mais de quatro meses após a deposição do ex-presidente Nicolás Maduro e cerca de dois meses depois da rea-

bertura oficial da embaixada americana em Caracas, após a retomada das relações diplomáticas entre os dois países.

A operação envolveu aeronaves militares Osprey do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, capazes de operar com helicópteros e aviões. As aeronaves sobrevoaram Caracas e pousaram no estacionamento da embaixada, enquanto militares desembarcavam no local.

O ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Yván Gil, afirmou anteriormente que o exercício serviria para preparar respostas "em caso de emergências médicas ou catastróficas".

O chefe do Comando Sul, general Francis Donovan, acompanhou pessoalmente a operação e também se reuniu com autoridades venezuelanas e funcionários da embaixada. Segundo o Southcom, esta foi a segunda visita oficial de Donovan a Caracas neste ano.

GUERRA

Trump vê avanços em negociações com Irã e defende acordo maior

PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ontem que as negociações com o Irã "estão avançando muito bem" e defendeu a ampliação dos Acordos de Abraão como parte de um eventual entendimento regional envolvendo Teerã e países do Oriente Médio.

Em publicação na Truth Social, Trump declarou que o acordo em discussão precisa ser "um Grande Acordo para todos ou não haverá acordo algum", alertando para o risco de retorno "ao campo de batalha e aos tiros, porém maiores e mais intensos do que nunca antes".

Segundo o presidente americano, líderes de Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Catar, Paquistão, Turquia, Egito, Jordânia e Bahrein discutiram a possibilidade de adesão simultânea aos Acordos de Abraão, iniciativa lançada em 2020 durante seu primeiro mandato para normalizar relações diplomáticas entre Israel e países árabes.

Os Acordos de Abraão foram firmados inicialmente entre Israel, Emirados Árabes Unidos e Bahrein, com mediação dos EUA, e posteriormente ampliados para incluir Marrocos e Sudão. O pacto prevê cooperação diplomática, econômica, comercial e de segurança entre os participantes.

Trump afirmou que os acordos geraram um "boom financeiro, econômico e social" para os países envolvidos e sustentou que a expansão do bloco poderá trazer "verdadeiro poder, força e paz ao Oriente Médio pela primeira vez em 5 mil anos".

O republicano também su-

geriu a inclusão do próprio Irã no entendimento regional. "Seria uma honra" ter a República Islâmica como parte dos Acordos de Abraão caso Teerã assinasse um acordo com Washington, escreveu. "Uau, isso sim seria algo especial!", acrescentou.

Ainda na publicação, Trump disse que Arábia Saudita e Catar deveriam aderir imediatamente ao pacto e indicou que países que rejeitam participar poderiam demonstrar "má intenção". Segundo ele, representantes americanos já foram orientados a iniciar o processo de ampliação dos acordos.

O presidente americano afirmou que o documento teria um nível de "importância e prestígio incomparável" e classificou a possível expansão dos Acordos de Abraão como "o acordo mais importante" já assinado pelos países da região.

NUNCA

O presidente dos EUA, Donald Trump, reiterou que o Irã "nunca terá" uma arma nuclear, ao participar de uma cerimônia do Memorial Day, ontem. O comentário acontece sob expectativas de que Washington e Teerã alcancem um entendimento para encerrar as hostilidades no Oriente Médio, com o programa nuclear iraniano sendo um dos principais impasses entre as partes.

Além da Operação Fúria Épica, como foi nomeada a ação americana contra o Irã, Trump destacou a operação na Venezuela no início do ano. Segundo o mandatário americano, atualmente, os EUA estão trabalhando de "maneira muito próxima" com o governo interino de Delcy Rodríguez, sem fornecer qualquer detalhe.

POVO NAS RUAS

Presidente da Bolívia corta salário para aplacar protestos

PATRICIA LARA/AE

O presidente da Bolívia, Rodrigo Paz, disse ontem que cortará seu salário e o de seus ministros pela metade em meio a uma crescente crise política marcada por protestos e bloqueios de estradas exigindo sua renúncia, segundo informou a Reuters.

O anúncio ocorreu durante um evento em Sucre e faz parte das tentativas do governo de aplacar as manifestações desencadeadas pela adoção de medidas de austeridade fiscal.

No domingo passado, o Congresso da Bolívia aprovou um projeto de lei para revogar a Lei do Estado de Exceção, uma nor-

ma em vigor desde 2020 que estabelecia condições, prazos e mecanismos de controle para a aplicação de medidas extraordinárias pelo governo em situações de crise, informou a TeleSur. A iniciativa agora precisa ser debatida e aprovada pela Câmara dos Deputados.

Caso receba o sinal verde, o governo terá menos restrições legais para implementar medidas excepcionais.

A Bolívia entrou em sua quarta semana de agitação política e social. Os protestos causaram problemas crescentes na cadeia de suprimentos nas cidades de La Paz e El Alto, onde há grave escassez de alimentos, combustível e medicamentos. Os mani-

festantes estão pressionando o governo centrista de Paz a reverter as medidas de austeridade e a lidar com o aumento do custo de vida.

No domingo, o ex-presidente da Bolívia Evo Morales pediu a realização de uma nova eleição nos próximos 90 dias para evitar conflitos e mortos, enquanto acusou os EUA de intromissão.

"A intromissão dos Estados Unidos, por meio do secretário de Estado, Marco Rubio, e do argentino Fernando Cerimedo, assessor de políticos de ultradireita como Bolsonaro, Milei, Nasry Asfura, entre outros, está levando ao fracasso o presidente Rodrigo Paz Pereira, que por acaso chegou a ser presidente

da Bolívia", escreveu Morales no X no domingo.

"Sua política, ao tentar cumprir a receita do imperialismo - apropriar-se de nossos recursos naturais, privatizar, enriquecer ainda mais os ricos, dividir e colocar bolivianos contra bolivianos e gerar ódio e racismo - é apenas uma opção pelo suicídio político", disse.

Para Morales, Paz age hipocritamente ao defender o diálogo, já que, ao mesmo tempo, insulta e acusa os líderes das organizações sociais de serem terroristas, narcotraficantes, pedófilos e vândalos e emite, por meio do Ministério Público, ordens de prisão ilegais contra os dirigentes.

GENOCÍDIO

Netanyahu amplia ataques contra Hezbollah e pressão sobre Líbano

PEDRO LIMA/AE

O primeiro-ministro de Israel, o genocida Benjamin Netanyahu, afirmou ontem que ordenou o aumento da pressão militar sobre o Líbano e prometeu intensificar os ataques contra o Hezbollah, em meio à escalada das tensões na fronteira norte israelense.

"Vamos aumentar o volume dos nossos ataques contra o Hezbollah e não vamos parar", declarou, segundo informações divulgadas pela Al Jazeera.

Segundo Netanyahu, Israel também criou uma equipe especial para enfrentar a ameaça de drones automáticos usados pelo grupo libanês.

O premiê afirmou ainda que o país está "em guerra com o

Hezbollah" e disse que cerca de 600 integrantes do movimento foram mortos nas últimas semanas.

A retórica foi reforçada por uma autoridade israelense ouvida pelo Canal 12 de Israel, segundo a qual "a contenção acabou" e o governo decidiu realizar "um grande ataque contra o Hezbollah".

Em paralelo, ataques israe-

lenses atingiram diferentes regiões do sul e do leste do Líbano. De acordo com a Al Jazeera, duas ofensivas foram registradas na cidade de Nabatieh e na vila de Rashkaniya, no sul libanês. Um correspondente da emissora informou que dois ataques israelenses atingiram a vila de Mashghara, no Vale do Bekaa Ocidental, no leste do país.

ONU PARALISADA

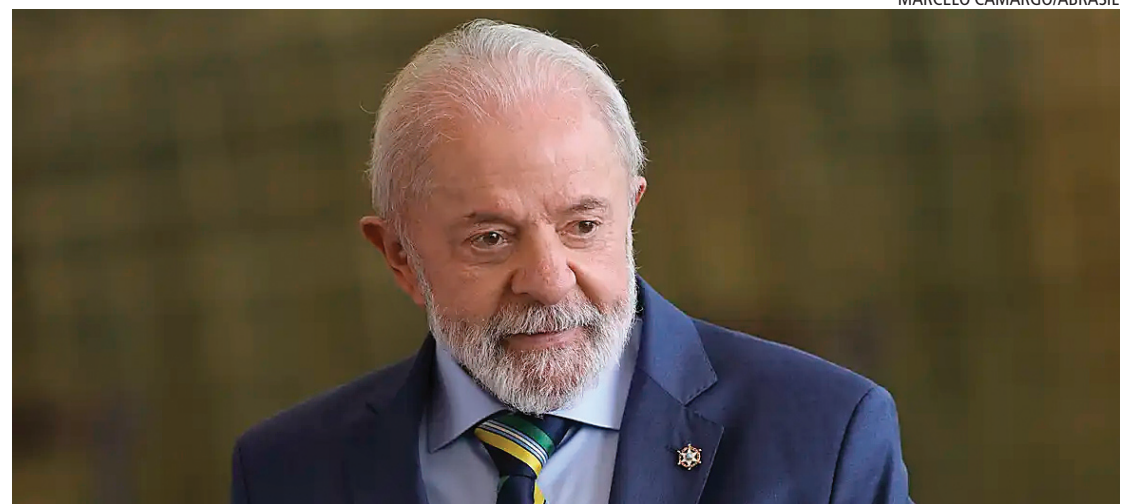
Lula diz que guerra no Irã mostra 'incapacidade coletiva de dialogar'

GABRIEL DE SOUSA E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (foto), afirmou ontem, que a guerra no Irã, que vai completar três meses amanhã, mostra a "incapacidade coletiva" de diálogo entre governantes globais. Na declaração, feita durante o 1º Fórum de Reitores Brasil-África, o presidente voltou a dizer que a Organização das Nações Unidas (ONU) está "paralisada".

"Guerra no Irã é o exemplo mais recente da incapacidade coletiva de dialogar. O multilateralismo sofre ataques recorrentes. A ONU está paralisada. Organizações internacionais fundamentais para o Sul Global, como a Unesco e a OMS estão sendo esvaziadas. O mundo precisa escolher entre aprofundar a lógica da guerra ou investir no futuro da humanidade", disse o presidente.

O 1º Fórum de Reitores Brasil-África, realizado em Brasília,



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

foi organizado pelo Ministério da Educação (MEC) e busca fortalecer a cooperação em educação superior entre universidades brasileiras e africanas, ampliando o diálogo sobre oportunidades de integração acadêmica, científica e tecnológica.

No discurso durante o evento, Lula disse que as universidades brasileiras não dependem do go-

verno e possuem autonomia para tomar decisões internas.

O presidente voltou a usar discursos para criticar o uso de inteligência artificial durante as eleições. Lula já disse ser contrário ao uso da tecnologia durante toda a campanha, mas parabenizou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por decidir proibir a tecnologia nas 72 horas que

antecedem os pleitos.

"Por que nós não utilizamos a inteligência artificial para fazer uma coisa concreta, além das maldades que se faz nas campanhas políticas? Por que nós não aproveitamos esse poder da internet para fazer as coisas que a gente não conseguia fazer um tempo atrás? Sabe o que falta? Uma decisão e uma causa", declarou Lula.

UCRÂNIA

Líderes ficam atentos a sinais de que Belarus possa ajudar a Rússia na guerra

THAIS PORSCH/AE

A líder da oposição exilada de Belarus visitou Kiev ontem enquanto a capital ucraniana se recupera do maior ataque de mísseis da Rússia neste ano, de acordo com a Associated Press. Líderes mundiais estão atentos ao quanto o governo bielorrusso está disposto a apoiar a invasão total da Ucrânia por Moscou.

A Rússia e Belarus realizaram exercícios nucleares conjuntos

na semana passada, e o presidente ucraniano, Volodymyr Zelenski, alertou nos últimos dias que a Belarus poderia servir de base para Moscou abrir uma nova frente no norte da Ucrânia. Algumas tropas russas entraram na Ucrânia a partir do território bielorrusso na invasão de 24 de fevereiro de 2022.

Em mais um sinal de que as preocupações com a Belarus estão aumentando, o presidente francês, Emmanuel Macron,

conversou por telefone com o presidente bielorrusso, Alexander Lukashenko, no domingo, 24, sobre a guerra na Ucrânia, sua primeira ligação desde o início da invasão.

Com o conflito já durando mais de quatro anos, o exército russo está preso em uma luta árdua e custosa na linha de frente de 1 250 quilômetros que serpenteia principalmente o leste e sul da Ucrânia.

Em paralelo, duas pessoas

morreram nesta segunda em ataques ucranianos contra as regiões russas de Belgorod e Briansk, localizadas na fronteira entre os países, informou a AFP.

Em Belgorod, um drone atingiu um veículo na cidade de Graivoron, segundo o governo regional em comunicado. Já na região de Briansk, um homem morreu após um ataque na localidade de Belaya Beriozka, afirmou o governador interino Egor Kovalchuk no Telegram.

Nota

PESSOAS SÃO LEVADAS AO HOSPITAL APÓS SUBSTÂNCIA SER PULVERIZADA EM TÓQUIO

Mais de 20 pessoas tiveram dor de garganta perto de uma loja de departamentos de luxo na sofisticada região comercial de Ginza, em Tóquio, ontem depois que alguém supostamente pulverizou uma substância desconhecida, segundo autoridades do Corpo de Bombeiros do Japão. O Corpo de Bombeiros de Tóquio informou que 26 pessoas relataram ter sentido, de repente, dor na garganta e mal-estar perto do complexo comercial Ginza Six, e que todas, exceto uma, foram levadas a um hospital. As autoridades disseram que os sintomas eram considerados leves.